

# Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

## As canções que você fez...

Recentemente, muitos grandes da nossa música fizeram 80 anos e isso reavivou-me a memória sobre uma série de canções inspiradas ou em homenagem a Roberto Carlos. E, confesso, que as criações mobilizaram artistas que admiro mais do que ao rei do iê-iê-iê. Pertencem à série "as canções que você fez para mim."

Na verdade, o alheado Roberto Carlos surpreendeu a todos quando, em 1971, período mais duro do regime militar, compôs, em parceria com Erasmo Carlos, *Embaixo dos caracóis dos seus cabelos*, pungente canção de exílio em homenagem a Caetano Veloso. Certo dia, Roberto apareceu com a esposa Nice em Londres, na casa em que Caetano morava. Pediu um violão e cantou a música: "Você olha tudo e nada lhe faz ficar contente/Você só deseja agora voltar pra sua gente".

Chorei as tais lágrimas de esguicho de que falava Nelson Rodrigues quando ouvi a música. E absolvi Roberto de uma série de omissões e alienações. Caetano devolveu a gentileza com *Como dois e dois igual a cinco*, que expressava o sentimento de absurdo de ser apartado do país que amava: "Tudo vai mal, tudo/Tudo é igual quanto canto e sou mudo..."

Caetano Veloso fez *Força estranha*, uma das mais lindas canções dedicadas ao líder da Jovem Guarda. Em 1978, ele esbarrou em Roberto Carlos num corredor da TV Globo e cada um se admirou da jovialidade do outro, apesar dos cabelos brancos. Roberto disse que os artistas vivem em outra dimensão do tempo. Foi o mote para *Força estranha*: "Eu vi os cabelos brancos na fronte do artista,/o tempo não pára e, no entanto, ele nunca envelhece.../Por isso, esta força me leva a cantar/Por isso, esta força estranha no ar..."

A geração pós-tropicalista de Sérgio Sampaio e Zé Ramalho também foi marcada pela música do rei do iê-iê-iê. O caso de Sérgio Sampaio é muito interessante. Ele nasceu na mesma Cachoeiro do Itapemirim de Roberto Carlos. Mas, em certo sentido, Sampaio é o anti-Roberto Carlos. Despontou de maneira bombástica com o samba rasgado *Eu quero botar meu bloco na rua*, uma espécie de hino da redemocratização.

Quando a música estourou, um assessor transmitiu a Sampaio o pedido para que compusesse uma canção no estilo do bloco para que Roberto Carlos cantasse. Mas Sampaio não aguentou conviver com o sucesso e não conseguiu produzir a encomenda.

E, para descarregar a angústia e a frustração, ele compôs *Meu pobre blues*, uma canção singela, visceral e dramática: "Meu amigo, um dia eu ouvi maravilhado/no radinho do meu vizinho seu rockzinho antigo/foi como se alguma bomba houvesse explodido no ar/todo o povo brasileiro nunca mais deixou de dançar/e desde aquele instante eu nunca mais parei de tentar/mostrar meu blues pra você cantar".

Sampaio optou por um caminho independente, mas queria experimentar o prazer de escutar a canção na voz de Roberto Carlos: "Eu não preciso de sucesso/só quero ouvi-lo cantar/meu pobre blues e nada mais/é tão simples..." Roberto bem que podia ter gravado Meu pobre blues.

Zé Ramalho apresentou, pessoalmente, a canção *Ondas*, para Roberto Carlos, no Iate Lady Laura. Mesmo assim, Roberto nunca gravou. *Ondas* se tornou um sucesso na voz rascante de Fagner e foi gravada por Ray Coniff. Mas eu prefiro a interpretação apocalíptica do próprio Zé Ramalho: "Quanto tempo temos antes de voltarem/Aquelas ondas/Que vieram como gotas de silêncio tão furioso/E se teu amigo vento não te procurar/É porque multidões ele foi arrastar." Esse rico diálogo com Roberto Carlos foi interrompido pela música breganeja, que gira em torno de si mesma, com a sofrência interminável.

**RECURSOS /** Alexandre Padilha, defende celeridade na aprovação do Arcabouço Fiscal no Senado. Enquanto isso, Ibaneis Rocha e a bancada do DF articulam para que o fundo seja retirado do projeto e esperam um possível veto de Lula, se necessário

# Entraves para salvar o FCDF

» MILA FERREIRA

Ed Alves/CB/DA.Press



**Relator do Arcabouço Fiscal, Omar Aziz pretende votar, na próxima terça-feira, o Arcabouço na CAE**

Debate acalorado e entraves na tramitação do Arcabouço Fiscal no Senado marcaram o início desta semana, considerada decisiva para a definição do futuro do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF). O ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Alexandre Padilha, declarou, na segunda-feira, que a prioridade do governo federal é aprovar o Arcabouço Fiscal no Senado o mais rápido possível "como aconteceu na Câmara dos Deputados". Apesar da declaração do ministro, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), afirmou ao **Correio** que insistirá na retirada do FCDF do Arcabouço no Senado. Enquanto isso, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da Casa, um pedido de realização de audiência pública foi aprovado, o que pode atrasar a tramitação do Arcabouço.

"Teve esse debate na Câmara, esse debate já aconteceu, a maioria dos deputados aprovou o marco fiscal, considerando não só o Fundo Constitucional, mas outros fundos. Que são fundos que vão ter crescimento, porque o marco fiscal não impede esse crescimento", afirmou o ministro Padilha, em declaração à imprensa, após se reunir com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com outros ministros do governo, incluindo Fernando Haddad (Fazenda) e Rui Costa (Casa Civil), além de líderes do governo no Congresso Nacional.

Apesar do posicionamento do ministro, Ibaneis está confiante na alteração do texto no Senado, para que as mudanças no cálculo do FCDF sejam retiradas. "Vamos insistir no Senado", disse ao **Correio** o chefe do Executivo. De acordo com projeções da Secretaria de Planejamento do GDF, os cortes do Fundo Constitucional chegarão a R$ 87,8 bilhões até 2033, afetando em cheio as áreas de segurança, saúde e educação da capital da República.

Senadores da bancada do DF também seguem articulando para salvar o Fundo Constitucional, sem precisar de um veto presidencial. "Estou trabalhando em busca do convencimento de meus pares. Estamos falando com todos, um por um", destacou a senadora Damares Alves (Republicanos-DF). "Temos a nosso favor que muitos senadores já foram governadores ou ministros, e por entenderem de gestão, sabem que retirar do DF sua maior receita é caos e falência. O relator (Omar Aziz, PSD-AM) está sensível ao nosso pleito. Temos expectativa de que ele retire aqui, no Senado, o FCDF do projeto", acrescentou Damares.

O senador Izalci Lucas (PSDB-DF) também confia na retirada do Fundo Constitucional do DF no Senado. "Estamos muito seguros, pois vários senadores se comprometeram com a retirada do FCDF do texto do Arcabouço. O próprio relator tem ajudado e buscado um entendimento com o presidente da Câmara (Athur Lira, PP-AL) para manter o texto do Senado (caso a proposta precise retornar). Acredito fortemente que a questão do fundo será retirada do texto", apontou o parlamentar.

Na análise do cientista político André César, o Palácio do Planalto tem pressa na aprovação do Arcabouço Fiscal e está alinhado com o relator Omar Aziz. O especialista acredita que, diante do cenário que se desenha, mesmo que haja um acordo entre Câmara e Senado para dar celeridade à aprovação do Arcabouço, a retirada do FCDF do texto pode ser um gatilho para reacender novas negociações, que já estavam resolvidas na Câmara. "Acredito que o projeto vai ser aprovado como está no Senado e depois o presidente Lula deve vetar a parte relativa ao FCDF", avaliou o especialista. "Creio que o DF não vai sair perdendo, seja na votação ou no veto. Se a redução no FCDF for aprovada, o Planalto deve oferecer outra compensação", opinou André.

Ed Alves/CB/DA.Press



> "Vou conversar com o presidente da CAE para dispensar a realização da audiência pública"
>
> ***Izalci Lucas, senador (PSDB-DF)***

Valter Campanato/Ag..ncia Brasil



> "Teve esse debate na Câmara, esse debate já aconteceu, a maioria dos deputados aprovou o marco fiscal"
>
> ***Alexandre Padilha, ministro de Relações Institucionais***

No último dia 5, Izalci esteve reunido com o presidente Lula e líderes do Senado. Na ocasião, o parlamentar levou ao conhecimento do petista a questão do Fundo Constitucional. "O presidente disse que não tinha nenhuma dificuldade em vetar ou trabalhar no sentido de retirar o Fundo Constitucional do texto do Arcabouço", afirmou, à época, Izalci. "Lula disse que, no projeto original, não se falava de FCDF e não tinha sentido aprovar uma emenda sem uma discussão maior. No governo dele, o DF sempre foi bem atendido", destacou o tucano, ontem, ao **Correio**.

### Tramitação

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou, ontem, requerimento de realização de audiência pública para discutir o Arcabouço Fiscal. A reunião deve acontecer na próxima terça-feira, dia em que o relator Omar Aziz pretende votar o Arcabouço na comissão. "Todos os senadores têm capacidade de entender a importância do Arcabouço para o Brasil. Audiência pública a gente pede quando temos dificuldade de discutir uma matéria. Eu já participei de muitas audiência pública e 99% delas é para inglês ver, não dá em nada", ponderou Aziz em sessão na CAE, ontem, ao criticar a proposta. Apesar do apelo do relator, a comissão aprovou a realização de audiência pública.

A pretensão de Izalci era levar os ex-governadores do DF à comissão para defenderem a importância do Fundo Constitucional, no entanto, mudou de ideia, pois obteve sinalização positiva por parte do relator de que retiraria o dispositivo que altera o cálculo do FCDF. "Vou conversar com o presidente da CAE para dispensar a realização da audiência pública. O próprio relator está trabalhando, inclusive junto ao presidente da Câmara, para que, caso a gente retire o FCDF do Arcabouço aqui na Casa, que seja mantido o texto na Câmara", finalizou Izalci.

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA S.A.**
Companhia Aberta
CNPJ 00.070.698/0001-11
NIRE 53.3.0000154-5
CVM 14451

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados, com amparo na Lei 6.404/1976, art. 142, inciso IV, e no Estatuto Social, art. 19, inciso X, os Senhores acionistas da Companhia para a 108ª Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se em 03 de julho de 2023, às 15 horas, na sede da Companhia, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma Teams ("Plataforma Digital") com a seguinte **ordem do dia:** Eleger membro do Conselho de Administração para completar o biênio 2023/2025. A Proposta da Administração ("Proposta") contemplando toda a documentação relativa à matéria constante da Ordem do Dia, os demais documentos previstos na Resolução CVM nº 81/2022 e outras informações relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia, foram disponibilizados aos Acionistas da Companhia nesta data, na forma prevista na Resolução CVM nº 81/2022, e podem ser acessados através dos websites da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da Companhia (ri.ceb.com.br). Consoante o disposto na Resolução CVM nº 70/2022, o percentual mínimo para a requisição da adoção do processo de voto múltiplo é de 4% do capital votante da Companhia. A participação dos acionistas à Assembleia será via Plataforma Digital, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído nos termos do artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM 81. Os Acionistas que desejarem participar da Assembleia deverão enviar para o e-mail **ri@ceb.com.br**, com cópia para **soc@ceb.com.br**, com solicitação de confirmação de recebimento, com, no mínimo, 2 dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 1º de abril de 2023, os seguintes documentos: **(i)** comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade, demonstrando a titularidade das ações em até 8 (oito) dias antes da data da realização da Assembleia; **(ii)** instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do Acionista, acompanhado do instrumento de constituição, estatuto social ou contrato social, ata de eleição de Conselho de Administração (se houver) e ata de eleição de Diretoria caso o Acionista seja pessoa jurídica; e/ou **(iii)** relativamente aos Acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela entidade competente. A Companhia reconhece assinaturas eletrônicas com certificado digital emitido pela ICP-Brasil e não exige reconhecimento de firma em procurações. Nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto. Permanecem à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, situada no SGAN Quadra 601, Bloco H, Asa Norte, Segundo Andar - Salas 2010 a 2023, Edifício ÍON Escritórios Eficientes, Brasília/ DF, os documentos mencionados no artigo 133 da Lei nº 6.404 de 15/12/1976, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.303, de 31/10/2001, relativos ao exercício de 2022, bem como toda documentação pertinente as matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral.

**Walter Luís Bernardes Albertoni**
Presidente do Conselho de Administração

EXÉRCITO BRASILEIRO
11º DEPÓSITO DE SUPRIMENTO

MINISTÉRIO DA DEFESA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**Pregão Eletrônico nº 03/2023**

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS FARMACOLÓGICOS, HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS PARA O 11º D SUP.**

FORNECIMENTO (GRATUITO) DE EDITAL E INFORMAÇÕES: a partir do dia **14 de junho de 2023**, no sítio http://www.comprasnet.gov.br/acesso.asp?url=/edital-160072-5-00003-2023, no portal deste depósito: www.11dsup.eb.mil.br ou na sede do 11º Depósito de Suprimento, à Av. Duque de Caxias S/N, SMU, Brasília-DF – CEP 70.630-000, ou solicitado por telefone (61) 2035-2804 – e-mail: salc@1dsup.eb.mil.br. ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de 14/06/2023 às 08h00 no site www.gov.br/compras. ABERTURA DAS PROPOSTA: **Às 08:00 horas** (horário de Brasília), do dia **27 de junho de 2023**, no mesmo endereço acima.